

## A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ATUALIDADE: UM DESAFIOS PARA O BRASIL

Ivanildo Mendes Gomes (UFPA)

GT 05 – Estado e Política Educacional

*Do que adiantam? Placas, bulas, instruções...  
Do que adiantam? Letras impressas das canções...  
Do que adiantam? Gestos educados, convenções...  
Do que adiantam? Emendas, constituições  
se o teto da escola caiu  
se a parede da escola sumiu.*

(Mobral) Hebert Viana

Este texto é resultado de minhas inquietações frente às varias pesquisas desenvolvidas no Brasil, por órgãos nacionais e internacionais e que têm demonstrado que o quadro da educação ainda continua sendo pintado com cores pouco estimulantes. O objetivo é, além de mapear alguns dados resultantes de pesquisas atuais que apontam a má qualidade do ensino brasileiro, apontar alguns fatores que têm contribuído para a não melhoria significativa nos índices sobre a educação, bem como fazer algumas considerações sobre possíveis saídas para essa “tragédia brasileira”<sup>1</sup>. Este texto é um não calar tão importante na luta por maiores conquistas do Brasil na melhoria quantitativa e principalmente qualitativa na educação escolar. Espero que seja tão útil como uma semente, no sentido defendido por Paulinho da Viola apud Romão e Padilha (1998:53):

*Uma semente atirada  
Num solo tão fértil  
Não pode morrer  
É sempre uma nova esperança  
Que a gente alimenta  
De sobreviver  
(Amor à Natureza)*

Através da história da educação do Brasil podemos verificar que a educação de adultos, desde há muito tempo tem sido alvo de preocupações por parte do povo brasileiro. Isto se revela nas várias ações que foram sendo discutidas, planejadas e efetivadas em âmbitos governamentais e não-governamentais.

Mas apesar da preocupação com a educação de adultos não ser recente, pois desde a colônia já se observa ações voltadas para essa modalidade:

*Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários para o funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (HADDAD & DI PIERRO, 2000:108);*

---

<sup>1</sup>Termo usado pela Secretária de Educação Fundamental do MEC, Maria José Feres, se referindo a situação atual da educação no Brasil revelado pelo SAEB e pelo PISA, a qual afirma que o grande desafio do ministro Cristovam Buarque será de trabalhar para reverter esse quadro.

mesmo com a efetivação de reformas, como por exemplo a reforma do ensino elementar de adultos, em 1933, um empreendimento governamental, que ocorreu a nível nacional e que compreendeu a organização dos cursos de continuação e aperfeiçoamento, através do Decreto 4.299; com a realização de campanhas, como a que ocorreu em 1947, denominada de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que tinha como fundamento a educação para a cidadania e também o preparo de mão-de-obra alfabetizada nas cidades e a que se efetivou em 1950, a Campanha Nacional de Educação Rural, destinada a valorização do homem do campo (GROSSI et all, 1998-75); apesar de surgirem alguns movimentos de alfabetização: em 1960, o Movimento de Cultura Popular, em Recife (PE) tendo a frente o educador Paulo Freire, que objetivava não apenas combater o analfabetismo mas, também, colocar em pauta a relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais bem como de possibilitar ações conscientizadoras e organizativas o que caracterizou a educação de adultos como “... *um poderoso instrumento de ação política*” (HADDAD & DI PIERRO, 2000:113) e em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, uma iniciativa interministerial e que

*livraria o país da chaga do analfabetismo e simultaneamente realizaria uma ação ideológica capaz de assegurar a estabilidade do ‘status quo’, permitindo às empresas contar com amplos contingentes de força de trabalho alfabetizada (PAIVA apud HADDAD & DI PIERRO, 2000:114);*

mesmo com a realização de vários projetos, congressos, seminários, encontros e programas, o Brasil chega ao século XXI com um grande contingente de analfabetos absolutos e funcionais. O desconhecimento da existência de um alto índice de analfabetos entre os brasileiros de 15 anos ou mais nunca deverá ser aceito como justificativa para a manutenção da regularidade da ineficiência e ineficácia em atender essa população, pois os dados são divulgados a quatro cantos e são provenientes de variadas fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA<sup>2</sup> etc. Se dessa realidade são conhecedores os administradores públicos e seus orientadores e assessores, os legisladores etc. por que esses, que são os principais responsáveis por gerir a educação escolar, não têm se mostrado capazes de usar os dados resultantes das pesquisas e avaliações em educação para melhorar cada vez mais a qualidade do ensino em nosso país? É preocupante a naturalização da reprodução desses índices que se manteve quase que nos mesmos patamares na década de 90 e que sem medidas mais drásticas tende a perpetuar-se na primeira década do século atual, visto que “*Após 6 rodadas de avaliação, desde o início da década de 90, o Brasil continua atingindo os mesmos resultados, sem dar mostra de melhorias e já começando a dar sinais de alguma piora*” (SEABRA, 2003:s/p).<sup>3</sup>

Para que possamos dar uma resposta a essa questão procurarei caminhar orientado pela opinião de que a grave crise por que passa a escola pública brasileira é fruto do descaso com que os governantes a têm tratado até hoje e a educação de jovens e adultos é um

<sup>2</sup> O **Programa Internacional de Avaliação de Alunos, PISA**, é um programa de avaliação comparada cuja principal finalidade é avaliar o desempenho de alunos de 15 anos de idade, produzindo indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais. O PISA é desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo em cada país participante uma coordenação nacional. No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

<sup>3</sup> Trecho da palestra proferida pelo Deputado Federal e membro do Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, por ocasião do segundo encontro regional do Fórum Brasil de Educação, realizado nos dias 18 e 19 de maio de 2003, em Belém-PA.

sintoma do tipo de política educacional exercida em nosso sistema que tem por vários motivos gerado o fracasso escolar de grande parte dos brasileiros.

A década de 90 é fechada com o Governo Federal demonstrando grande otimismo com dados que revelam a diminuição do número de crianças que estavam fora da escola, com o aumento do número de matrículas tanto na educação infantil, quanto no ensino fundamental, no ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos, fazendo com que o próprio representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein, acredite na melhoria da educação brasileira: *“O Brasil vem convivendo com esses índices aterradores durante tantas décadas que é muito difícil recuperá-los de forma muito rápida. Mas, hoje, há apenas 4% de crianças em idade escolar fora da escola, há dez anos [1991] esse número era de 15%. O Brasil fez avanços imensos”* (apud COSTA, 2001:9). O grande problema é que para os nossos governantes isso tem bastado. Eles precisam aprender uma lição com Mario Quintana apud Gadotti e Romão (1998:23):

*“O que mata um jardim não  
[é o abandono...  
O que mata um jardim  
[é esse olhar vazio  
De quem por ele passa indiferente.*

Concordo que aumentar o número de matrículas na escola é fundamental como primeiro passo para que se possa democratizar a educação enquanto direitos de todos, mas esse fato só se consolidará quando essa educação se tornar de qualidade. E em que me baseio para afirmar que a educação brasileira não apresenta a qualidade que esperamos que ela tenha frente as reais necessidades da população? Retomando o acima mencionado, o Brasil tem indicadores, avaliação, tem dados estatísticos anuais que permitem fazer uma leitura precisa do que está acontecendo no sistema educacional e que todos eles demonstram em que é preciso investir, em que é necessário centrar esforços.

Fletcher e Ribeiro apud Moysés (1995:14), analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, chegam a conclusão que o ensino vai mal e que essa realidade é revelada tanto no levantamento feito em 1982 quanto no realizado em 1992. Neste último

*se constata os alarmantes índices de retenção do aluno no sistema: 8,4 anos, em média, nos bancos escolares para completar, no máximo, cinco séries, sendo o índice de retenção na primeira série igual a 54%. [Ribeiro] Usa a expressão ‘pedagogia da repetência’ para se referir a crença bastante difundida entre os professores das séries iniciais, de que só uns poucos alunos conseguem passar de ano.*

Esse quadro quase não se alterou em 2000. Na Região Norte, por exemplo, há 2.380.000 crianças de 7 a 14 anos, mas a matrícula do ensino fundamental é de 3.273.693 alunos, representando 25% da população total da região, como informou Seabra por ocasião do Fórum Brasil de Educação, realizado em maio de 2003 em Belém. Esses dados revelam que quase 1/3, ou seja, mais de 900 mil alunos do ensino fundamental, possuem mais de 14 anos de idade. Esse problema antes de ser de cunho meramente pedagógico ele é gerado, principalmente, pelo tipo de política educacional que os administradores do país, em suas várias instâncias, adotam em seus planos e ações. Mesmo sendo a educação prioridade nos discursos oficiais ela ainda não está sendo pensada e efetivada como melhoria da qualidade de vida no Brasil.

Ainda falando da Região Norte, os dados acima citados demonstram que aqui está se gastando uma grande parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, no caso, com pessoas retidas no ensino fundamental que se o sistema garantisse não só o acesso, mas a permanência com sucesso na escola já deveriam ter ascendido para outros níveis de ensino. Esse fato funciona como alimento para a perpetuação do ciclo vicioso da produção e reprodução do fracasso escolar. Em que sentido isso acontece? Ora, se se gasta o recurso do FUNDEF, que é destinado para alunos de 7 a 14 anos, com alunos retidos no ensino fundamental e, portanto fora da faixa etária citada, significa que o poder de cobertura do recurso por aluno é menor. Isso de cara já compromete a qualidade da educação e o futuro dessa geração, por significar alto índice de evasão, repetência e baixo rendimento escolar, o que por sua vez continuará gerando analfabetos absolutos e funcionais, forçando o País, os Estados e os Municípios a investirem ainda mais na Educação de Jovens e Adultos (em alfabetização e continuação/elevação de escolaridade), em projetos como a Aceleração de Aprendizagem e em formação de professores que atendam as especificidades do sistema assim delineado. Com essa maneira de gerir a educação, os principais responsáveis podem até não perceber mais podem estar gastando muito e gastar ainda muito mais e continuar tendo um resultado insatisfatório o que demonstra incompetência ou falta de interesse por parte deles enquanto administradores.

A educação quando feita de forma adequada pode lograr excelentes resultados, não é o caso do Brasil e portanto do Norte. Neste último

*Mais de 2/3 dos alunos do Ensino Fundamental estão matriculados nas 4 primeiras séries. Na 1ª série existem quase 3 vezes mais alunos do que crianças de 7 anos. Para atender ao universo das crianças de 7 a 14 anos, seriam necessárias muito menos escolas e professores do que hoje são oferecidos em toda a região Norte – como, de resto, em todo o País. O valor per capita do FUNDEF poderia ser aumentado, sem a necessidade de novos recursos, o que resultaria em salários significativamente maiores para os professores: Se há menos alunos, o total de recursos do FUNDEF seria dividido para menos gente, e com isso, o valor distributivo seria maior – um terço maior no caso da região Norte (Ibdem).*

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que é considerado por especialistas nacionais e internacionais como sendo um importante mecanismo de avaliação da qualidade do ensino, tem demonstrado que no Brasil o desempenho dos alunos está abaixo da média considerada mínima pelos profissionais que fazem parte da equipe responsável pela elaboração do SAEB: mais de 60% dos alunos da 4ª série, 80% dos alunos da 8ª série e quase 100% dos alunos dos alunos da 3ª série do ensino médio não atingiram o nível mínimo esperado (Ibdem). O que nos deixa ainda mais em estado de alerta é que, segundo a revista Educação (agosto/2001) os resultados do SAEB de 1999 revelam que o nível de desempenho tanto dos alunos da quarta e oitava séries do ensino fundamental como do terceiro ano do ensino médio está decrescendo quando comparados com os resultados de 1997:

*No caso dos alunos da quarta, a média mínima exigida para língua portuguesa varia de 150 a 200. Apesar de estar dentro dessa margem, a nota média dos alunos caiu de 186,5 em 1997 para 170,7 em 1999. No caso da oitava série, cuja média deve ficar entre 200 e 250, a nota baixou de 250 para 232,9. E entre os estudantes do ensino médio, cujo padrão exigido vai de 250 a 300 pontos, a nota média caiu de 283,9 para 266,6 (Educação, 2001: 56).*

Mais especificamente na Região Norte, esses resultados são ainda muito mais preocupantes porque apresenta notas abaixo da média nacional: a media dos alunos ficou muito abaixo do mínimo esperado pelo SAEB nas áreas de Português e Matemática (ver tabela 01).

Os números divulgados podem revelar um quadro que, em termos de média, pode não parecer caótica a situação da educação, mas Ruben Klein, da Fundação Cesgranrio, nos chama atenção para o fato de que o SAEB, além dos números apresentados, nos mostra que boa parte dos alunos apresenta um déficit preocupante em termos de conhecimento em relação à série que frequentam, e o que é pior isso tem se agravado ao longo dos anos: “Muitos alunos de 4ª série apresentam nível de conhecimento compatível com os de segunda. No caso dos alunos de oitava, eles estariam num nível de quinta. E na terceira série do ensino médio o atraso é ainda maior: muitos estariam num nível de sétima série” (Ibdem, 58). Esse é um fato que revela um quadro favorável ao fracasso escolar, pois a maior parte dos estudantes acaba por abandonar a escola, não simplesmente porque não tem condições de bancar financeiramente seus estudos, mas porque, além disso, como os dados revelam, eles não estão conseguindo aprender e o motivo do não aprender, acredito, está muito mais fora do aluno do que nele próprio: no sistema de avaliação da aprendizagem utilizado pelas escolas, na falta de aparelhamento das instituições escolares (laboratório, biblioteca etc.), nos conteúdos muito das vezes não significativos para o aluno, na má qualificação do professor, na falta de uma política educacional séria assumida pelos nossos governantes e ainda no currículo que carrega as aspirações de um ideal educacional da e para a população, do qual falaremos mais adiante.

Tabela 01: Média atingida pelos alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental da Região Norte no SAEB

	Português		Matemática	
	Média mínima do SAEB	Média atingida pelos alunos	Média mínima do SAEB	Média atingida pelos alunos
4ª série	200	160	225	171
8ª série	250	226	325	233

Fonte: INEP/2001

Essa “tragédia brasileira” também é revelada nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, que avaliou alunos adolescentes de 15 anos de idade em 2000 e 2001. Na avaliação de 2000 o Brasil foi o último colocado entre os 31 países que participaram da avaliação com média de 396, numa escala de zero a 800, na prova de leitura. Na avaliação aplicada em 2001, que contou com a participação de mais dez países, totalizando 41, no que ficou chamado de “Pisa Ampliado”, a colocação do Brasil mudou para 37º em leitura. No caso da Matemática e Ciências é ainda mais grave a situação dos brasileiros, os resultados da avaliação colocou o Brasil em penúltimo lugar (tabela 02).

Tabela 02: Desempenho do Brasil na Avaliação do PISA/2001, com alunos de 15 anos.

	Escala do PISA	Média atingida pelos brasileiros	Colocação do Brasil entre 41 países
Leitura	Zero a 800	396	37º
Matemática	Zero a 800	334	40º
Ciências	Zero a 800	375	40º

Fonte: PISA/2001

Em todos os discursos oficiais pode-se perceber claramente a intenção manifesta de se melhorar a qualidade do ensino básico e eleições, e até reeleições, já foram decididas com promessas de superação do déficit apresentado pelo sistema educacional brasileiro, mas para Moysés (1995:16), que afirma que “... a maioria dos governantes tem insistido nesse

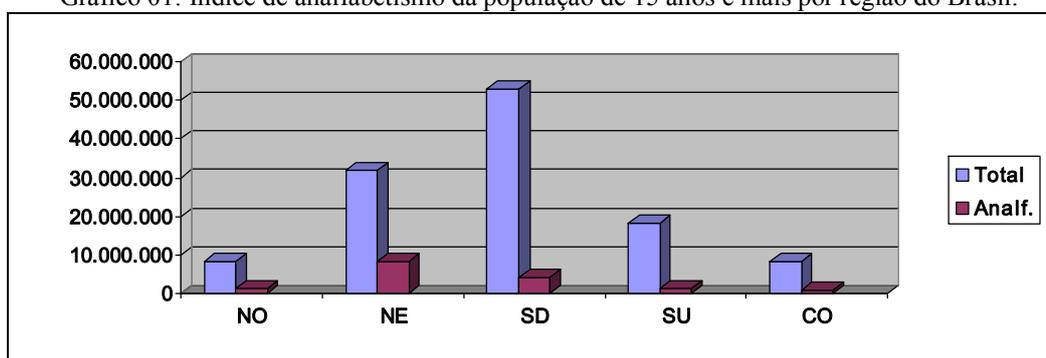
*ponto nos últimos anos – a realidade, no entanto, nos mostra quão vazio é esse discurso*”. Na verdade continua a ser exercida no Brasil uma política de aviltamento da educação que tem desconsiderado muito de sua importância social, no sentido de formação política, cultural, científica, de inclusão dos excluídos, de respeito às minorias etc. Parafraseando Saint-Exupéry (1987:21), em sua obra *O Pequeno Príncipe*: em nosso país existem muitos “baobás”, que além de atravancarem a sociedade, perfuram-na com suas raízes, acabam por rachá-la ainda mais.

Todo esse apanhado serve para afirmarmos que é esse quadro que justifica o alto índice de jovens e adultos analfabetos absolutos e funcionais. É dessa forma que vão sendo produzidas as distorções idade/série que leva o jovem e o adulto abandonar os estudos precocemente deixando, quem sabe, para uma posterior oportunidade que muitas das vezes nunca chega. O processo que se dá não é simplesmente um abandono, uma evasão, uma saída da escola, o sistema educacional brasileiro está organizado para expulsar o mais rápido possível o aluno das instituições de ensino e vai criando um exército de deserdados de cidadania.

Embora com métodos e conceitos de analfabetismo diferentes, IBOPE e IBGE constroem um mesmo quadro do analfabetismo absoluto e funcional no Brasil: os resultados são ainda caóticos para um início de um novo século que quer uma educação com uma dimensão renovada “... decorrente das pressões e exigências vindas do trabalho, das solicitações da vida em sociedade e do desenvolvimento cultural” (BARONE, 1998: 2).

Nos dados do IBGE, mostra-se uma preocupação em montar um quadro da educação que revele as diferentes situações das, também diferentes, regiões (gráfico 01). As desigualdades sociais e regionais contribuem para a existência de grandes disparidades no número de analfabetos nos diferentes locais do país. As diferenças em termos de número médio de séries concluídas pela população de 15 anos ou mais são abissais: enquanto em Niterói/RJ a média é de 9,5 séries concluídas e taxa de 3,6% de analfabetos o melhor índice do Brasil, em Guaribas/PI a média é de 1,1 série concluída e taxa de analfabetos de 59% sendo o pior índice dentre os municípios brasileiros.

Gráfico 01: Índice de analfabetismo da população de 15 anos e mais por região do Brasil.



Fonte: MEC/INEP, 2001

Pode-se observar pelos dados divulgados pelo Ministério da Educação<sup>4</sup>, baseados nos dados do IBGE, que embora nos últimos anos a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais tenha diminuído numa seqüência que compreende 14,7% em 1996, 13,8% em 1998 e 12,4% em 2001, é muito tímida ainda a diferença dos dados diante dos tão proclamados esforços, para mim ainda incipientes, dos governantes que, vale ressaltar

<sup>4</sup> Mapa do Analfabetismo no Brasil, documento do MEC, produzido pelo INEP, baseado principalmente nos dados do IBGE/PNAD de 1996, 1998 e 2001.

também, são ajudados por ações, embora pontuais, de Organizações Não Governamentais – ONGs, sindicatos e outros. O documento afirma que os dados demonstram que

*a ampliação do atendimento escolar teve forte impacto no processo de desaceleração do analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias mais jovens. Por outro lado, o ganho na escolaridade média dessa população, apesar de expressivo, foi insuficiente para garantir-lhes, pelo menos, o ensino fundamental completo (MEC/INEP, 2003:7).*

Em termos de porcentagem parece não ser muito grave a situação, mas o número absoluto de analfabetos, segundo o INEP de acordo com indicadores dos censos demográfico e escolar de 2000, o Brasil possui uma população de cerca de 16.285.470 de pessoas analfabetas absolutas com 15 anos ou mais, sendo 1.320.074 no Norte, 8.383.734 no Nordeste, 4.299.845 no Sudeste, 1.401.113 no Sul e 880.704 no Centro Oeste. Se temos ampliação de vagas nas escolas parece que elas ainda não são suficientes o que não garante o combate ao analfabetismo porque o primeiro passo para que isso seja possível é assegurar que eles estejam matriculados na rede escolar e que essa seja de qualidade caso contrário continuaremos a produzir analfabetos ou levando os mesmos a experimentar outra vez a expulsão da escola, já que

*É doloroso constatar que no Brasil, 35% dos analfabetos já freqüentaram a escola. As razões para o fracasso do País na alfabetização de seus jovens são várias: escola de baixa qualidade, em especial nas regiões mais pobres do País e nos bairros mais pobres das grandes cidades; trabalho precoce; baixa escolarização dos pais; despreparo da rede de ensino para lidar com essa população (INEP, 2003:10).*

O IBOPE, através do Instituto Paulo Montenegro – IPM, em parceria com a ONG Ação Educativa, produziu em setembro de 2001 uma pesquisa que apontou a incidência da “alfabetização funcional” no Brasil. Para a UNESCO, a pessoa considerada alfabetizada funcional é aquela que é “capaz de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida”. Neste sentido, a referida pesquisa procurou ir mais além dos critérios que o IBGE usa para definir o analfabeto funcional, que fecha essa caracterização em pessoas que têm menos de quatro anos de escolaridade. Por acreditar que o critério da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO é altamente relativo, portando, complicado definir um tempo mínimo de frequência à escola para afirmar que a pessoa é alfabetizada funcional, o estudo centrou sua atenção, segundo Fábio Montenegro<sup>5</sup>, no “... comportamento da população na exploração do comportamento de leitura e sua habilidade para uso diário e como forma de se expressar” (apud RAMON, 2002:26), ou seja, as pessoas que para o IBGE são consideradas analfabetas funcionais podem ser alfabetizadas funcionais de acordo com o método utilizado pelo IBOPE. A tabela 03 mostra como ficou o quadro da alfabetização no Brasil exibindo, ainda, um grande fosso entre os vários tipos de alfabetizados funcionais que configura uma situação problemática e de grandes proporções neste início de século.

Tabela 03: Níveis de alfabetismo segundo o grau de escolaridade no Brasil.

	Até 3ª série	Da 4ª a 7ª séries	Ens. fund. completo e médio incompleto	Ensino médio completo ou mais
Analfabetismo	38%	2%		

<sup>5</sup> Fábio Montenegro é secretário executivo do Instituto Paulo Montenegro – IPM, criado pelo IBOPE em 2000 para direcionar seu “braço social” no caminho da educação.

Alfabetismo nível 1	50%	44%	13%	5%
Alfabetismo nível 2	11%	43%	44%	30%
Alfabetismo nível 3	2%	12%	42%	66%

Fonte: IBOPE/IPM/Ação Educativa – 2001

É preocupante verificar que 38% de alunos com até três anos (ou mais, para aqueles que freqüentaram a educação infantil) de escolaridade sejam analfabetos absolutos, ou seja não conseguiram ler um texto curto e simples; que 44% dos alunos com até a sétima série tenham conseguido apenas identificar uma informação explícita em texto muito curto o que os situou no nível 1 de alfabetismo; que 30% dos alunos dos alunos que concluíram o ensino Fundamental ou estão cursando o ensino médio possuem habilidades para extrair uma informação explícita do texto muito curto e apenas conseguem identificar uma informação não explícita em textos de maior extensão o que caracteriza-os como alunos alfabetizados de nível 2, ainda não demonstrando domínio pleno da leitura e da escrita e habilidade para estabelecer relações entre diversos elementos do texto e realizar inferências, características essas do alfabetismo de nível 3, segundo o IBOPE. O quadro gerado pela pesquisa fica configurado da seguinte forma segundo Ramon (2002): A primeira identificação é a de que 9% da população brasileira, na faixa de 15 a 64 anos de idade, é analfabeta. Os outros 91% conseguem, no mínimo, extrair algum tipo de informação quando lêem um texto(26) que, pelas habilidades apresentadas em leitura, ficam distribuídos 31% no nível 1, 34% no nível 2 e 26% no nível 3.

Embora exista uma margem de erro diante do universo pesquisado, que foi de duas mil pessoas em todo o país, esses dados vem confirmar os já citados fracassos dos brasileiros nas últimas avaliações do SAEB que constatou que 59% dos estudantes da quarta série do ensino fundamental ainda não desenvolveram as competências básicas de leitura e do PISA onde o Brasil apresentou um dos piores resultados dentre os países pesquisados.

Diante desse panorama podemos afirmar que a tendência é de que a Educação de Jovens e Adultos vá exigir dos governos em diferentes instâncias ações mais eficazes no combate ao analfabetismo e na neutralização de políticas que tem produzido analfabetos ou baixo rendimento escolar. Uma das ações apontada como fundamental é a luta para diminuir a drástica concentração de renda que o país apresenta, considerada pela UNESCO como uma das piores do mundo. Segundo o documento do MEC, produzido pelo INEP, no Brasil

*a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que aquela dos 20% mais pobres, a distribuição da educação e do analfabetismo não poderia ser diferente... enquanto a taxa de analfabetismo nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos é de apenas 1,4%, naqueles cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de quase 29% (INEP, 2003:11).*

Outra recomendação é de que o Brasil tenha mais investimento na área educacional, pois estudos, como o PISA, têm demonstrado que os países que mais gastam com educação são os que têm os melhores desempenho nos testes já aplicados. O desempenho dos alunos das nações participantes do PISA está diretamente relacionado aos gastos em educação. No caso do Brasil os gastos acumulados por aluno até os 15 anos são de US\$ 10 mil, superando apenas Indonésia e Peru dos 41 países avaliados, enquanto países como Áustria e Estados Unidos acumulam gastos de US\$ 76 mil e US\$ 73 mil respectivamente, sendo estes os países que apresentam os maiores investimentos.

Melhorar a formação dos professores é uma forma de valorizar o trabalho desses profissionais e contribuindo desta forma para a elevação da qualidade do ensino do país. Como uma proposta governamental de inclusão dos excluídos na área educacional, como é o caso dos adultos aos quais não foi dada oportunidade de ter sucesso na escola em idade própria, vai conseguir suas metas se a mesma exclui os professores? Pela Declaração de Hamburgo, assinada na V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos – CONFINTEA, em julho de 1997, essa modalidade de ensino deve ter como objetivos desenvolver a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo; promover a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo assim que as pessoas controlem seus destinos e enfrentem os desafios que encontrem à frente com grande possibilidade de sucesso. Os cursos de formação inicial e continuada dos professores que atuam na EJA só serão relevantes se fizerem valer tais objetivos. Acreditamos que a formação continuada qualitativamente exercida pelo professor deve ser construída dentro de abordagens educacionais que aspire por uma nova concepção de ensino e de aprendizagem e portanto de aluno e de professor, baseada na vida destes. Deve-se considerar que na educação de jovens e adultos faz-se necessário englobar todo o processo de aprendizagem formal e informal, onde pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as da sua sociedade.

Diante de todo esse panorama da realidade educacional brasileira, um tanto negativo diante do mundo, vale afirmar que para se conseguir superar ou amenizar os déficit tem que se dar uma atenção especial a uma proposta de currículo construído de forma competente e que de certa forma responda a uma realidade que não é simples, nem homogênea, nem pacífica. Portanto, não cabe um currículo pautado em uma concepção de educação compensatória de jovens e adultos. Ele deve contemplar o educando no que diz respeito ao seu modo de vida, a sua cultura, as condições de trabalho. Deve reconhecer a existência das discriminações sociais, étnicas, de gênero e outras muitas vezes reforçada nas escolas, ou seja,

*deve “reconhecer suas próprias raízes” na cultura, na história e nos interesses sociais a partir dos quais ele surge... Um currículo e uma pedagogia democráticos devem começar com o reconhecimento dos “diferentes posicionamentos sociais e repertórios culturais nas salas de aula, e das relações de poder entre eles”... é preciso basear um currículo no reconhecimento daquelas diferenças que dão ou tiram poder de nossos alunos de modos identificáveis (APPLE, 2001:68).*

O currículo, de acordo com a já citada Declaração de Hamburgo, e pela própria necessidade do Brasil, deve estar contemplando a luta pela superação do analfabetismo e contribuindo para a escolarização na perspectiva de uma sociedade mais justa e mais eqüitativa orientada implícita ou explicitamente, por concepções sobre o tipo de pessoa e de sociedade que se considera desejável, por julgamentos sobre quais elementos da cultura são mais valiosos e essenciais. O Brasil possui hoje um Proposta Curricular para 1º e 2º Ciclo da Educação de jovens e Adultos que apresenta-se como “... *subsídio para a formulação de currículos e planos de ensino, que devem ser desenvolvidos pelos educadores de acordo com as necessidades e objetivos específicos de seus programas*” (BRASIL, 2002:14). Cabe, nesse sentido, um estudo sobre tal proposta tentando perceber as orientações gerais, as influências teóricas e políticas consideradas na construção do documento, bem como as orientações oficiais e as principais críticas formulados ao mesmo. Com esse intuito já está em andamento

a elaboração de um projeto de pesquisa com o tema “*Educação de Jovens e Adultos: a proposta curricular oficial para o 1º e 2º segmentos do ensino fundamental*”<sup>6</sup>, por mim desenvolvido, que objetiva analisar o processo de elaboração da atual proposta curricular oficial para o 1º e 2º segmentos (ensino Fundamental) da educação de jovens e adultos no Brasil; explicitar a concepção de educação de jovens e adultos que embasa a proposta curricular; caracterizar a matriz curricular que a proposta adota; discutir a política do conhecimento oficial presente na proposta curricular; analisar as recomendações oficiais para a educação de jovens e adultos a ser adotada no Brasil. É relevante essa pesquisa no sentido de estar possibilitando a ressignificação da EJA,

*orientada de maneira a promover a formação de indivíduos capazes de decidir suas vidas, ascender social e individualmente, adaptar-se a novos contextos, participar nas decisões políticas públicas, crescer em liberdade e autoconsciência com os outros, com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária (5).*

Diante das evidências apresentadas por este texto podemos concluir afirmando que reivindicações como educação básica de qualidade, diminuição do analfabetismo devem estar cada vez mais presentes entre outras formuladas pela sociedade brasileira: a formação da cidadania, em que o acesso a educação é apontada como condição fundamental; responsabilidade social solidária, em que as ações voltadas para tentativa de eliminar o analfabetismo seja um misto de esforços do Estado e da sociedade civil; e ainda, como defende Barone (2003:8),

*responsabilidade financeira compartilhada, que estabelece a definição de critérios para a redistribuição e aplicação de recursos, objetivando diminuir as desigualdades presentes no país; fortalecimento da instituição escolar, privilegiando a escola como locus da educação, sem negar a importância da educação informal; valorização do professor a partir da relevância de seu papel profissional.*

Em suma, a baixa escolaridade dos jovens e dos adultos marginalizados do sistema regular de ensino, seu reflexo nas taxas de desemprego e os conseqüentes problemas sociais daí decorrentes como a má qualidade de vida e a baixa expectativa de vida, entre outros, constituem um dos maiores desafios que os nossos governantes precisam enfrentar com seriedade na atualidade, quando os vários setores da sociedade também devem ser chamados a participar apoiados por diligências governamentais eficazes, com o propósito de estabelecer compromissos e metas que visem a superação do analfabetismo, o incentivo a elevação da escolaridade na perspectiva de uma sociedade mais humana, mais justa, e mais eqüitativa.

Todo esse quadro revela uma realidade educacional que não é fruto do agora ou do acaso. Em se tratando de escolaridade, ela é sistemática, intencional, organizada, formal e que a escola, responsável por ensinar, não dá conta de todo o conhecimento produzido pela sociedade em diferentes épocas, ela procura desempenhar um papel social que atenda o máximo possível as necessidades da população atingida (pelo menos é o que se espera dela). Nós temos uma tradição histórica em elaboração de propostas educacionais para jovens e adultos que se distanciam das reais necessidades sociais, no sentido de formação para a emancipação do homem e da mulher e se aproximam das necessidades de produção para o

---

<sup>6</sup> Projeto de Dissertação para ser desenvolvido no Mestrado em Educação do Centro de Educação da UFPA por Ivanildo do S. Mendes Gomes, com orientação do Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha.

desenvolvimento, para o progresso, para o sucesso do capital onde o humano é pensado como mão-de-obra produtiva, ou seja, como desumano. Isso mais veladamente nos governos autoritários e de forma mais refinada nos governos democráticos.

Apesar de se perceber que a educação de jovens e adultos é um segmento que nos últimos anos vem tendo uma grande atenção por parte do poder público, de estabelecimentos de ensino privados, de movimentos sociais, ONGs etc. imprimido por uma demanda social por educação com qualidade dessa parcela da população e que, de uma forma ou de outra, acabam por contribuir na discussão/reflexão, sistematização e execução de propostas próprias para essa modalidade de ensino, devemos ficar atentos para

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

APPLE, M. W. **Política Cultural e Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BARONE, R. E. M. **Educação de Jovens e Adultos: um tema recorrente**. Disponível em: [www.senac-nacional.br/./informativo/BTS/261/boltec261c.htm](http://www.senac-nacional.br/./informativo/BTS/261/boltec261c.htm), acessado em 20 de julho de 2003.

BRASIL. MEC/INEP. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília: 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: Introdução**. Brasília: SEF, 2002.

COSTA, C. Abret-te Sésamo. **Educação**. Ano 28 – nº 244, Agosto de 2001.

HADDAD, S. e DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 14. São Paulo: ANPED, Mai/Jun/Jul/Ago de 2001.

GADOTTI, M. & ROMÃO, J. E. Escola Cidadã: a hora da sociedade. In: Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. **Salto Para o Futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Brasília: MEC/SEED, 1998.

GROSSI, E. P. et al. Retrospectiva das Campanhas , Projetos e Programas de Educação e Alfabetização de Adultos o Brasil. **Revista do GEEMPA: ensinando que todos aprendem**. Nº 06. Porto Alegre, outubro de 1998.

RIBEIRO, V. M. M. (Coord.). **Educação para Jovens e Adultos: Ensino Fundamental: proposta curricular para o 1º segmento**. Brasília: MEC: Ação Educativa, 1998.

ROMÃO, J. E. & PADILHA, P. R. Planejamento Socializado Ascendente da Escola. In: Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. **Salto Para o Futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Brasília: MEC/SEED, 1998.

MYSÉS, L. **O Desafio de Saber Ensinar**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

RAMON, Jander. Assim é, se lhe parece. **Educação**. Ano 28 – no 252, Abril de 2002.

RIBEIRO, V. M. M. (Coord.). **Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – 1º Segmento**. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O Pequeno Príncipe**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1987.

VALENTE, I. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.